

IDEIAS NEM SEMPRE AMENAS;  
para compreender a educação superior brasileira.  
de Paula Rosas.

## CARTA PREFÁCIO

Esta não é, por sua própria natureza, uma carta qualquer. Em primeiro lugar, é dirigida a Marias e a Pedros que posso conhecer mas igualmente a Pedros e a Marias que desconheço. Mais ainda, é uma carta que, tendo um objetivo muito claro para mim, nem por isto se torna fácil de ser escrita.

Tenho vivido muitas vezes a experiência de escrever cartas assim. Elas sempre exigem de mim, desde o primeiro momento mesmo em que aceito entrar no processo de talvez fazê-las, um forte senso de responsabilidade, sobretudo de respeito, de um lado, ao autor ou autora do livro de que as cartas tratarão, de outro, aos Pedros e às Marias que poderão tornar-se leitores e leitoras do texto a convite meu. E não posso convidá-los a ler, como coisa boa, algo de que não gostei. Daí que, em respeito também a mim mesmo, assumo a postura ética de não mentir.

Se ao livro faltam as qualidades mínimas que o tornem indicável não há outro caminho senão a minha recusa.

Isto significa ou exige de mim um esforço indispensável, sério, cuidadoso: ler todo o livro e não apenas folheá-lo ou correr os olhos sobre o índice ou a bibliografia. Se o livro me agrada, me desafia, me ensina, me põe em dúvida, a carta aos leitores nasce, independentemente de se extensa ou não. Nasce quase sem intervalo entre a leitura do texto e sua escrita, a escrita da carta.

É sempre assim que faço. As vezes, o livro é bom, estimulante. As vezes, em sendo isto tudo, o livro é bem escrito, gostoso de se ler, bem feito, claro e de bom vira excelente.

É isto o que se dá com este ensaio de Paulo Rosas: "Ideias Nem Sempre Amenas Para Compreender A Educação Superior Brasileira".

Este não é um livro que interessa apenas a um certo público no horizonte da prática educativa - o que pensa e o que faz o ensino superior, o que pensa e o que atua na intimidade da universidade brasileira, como docente pesquisador, como pesquisador docente, como discente, como servidor administrativo, pouco importa. É um livro para quem se sensibiliza com a prática educativa em sua ampla acepção, para quem faz, pensa e discute a escola neste país, para quem briga em favor da escola pública sempre e mais uma vez ameaçada. É um livro para quem se entrega emocionado, apaixonado e crítico à análise histórica da educação no país, que se dá no contexto histórico maior da sociedade brasileira. É um livro, por isso mesmo, que interessa a historiadores não só da educação, mas da política também. É um livro que interessa a quem, por exemplo, entre nós, hoje, se preocupa com a reflexão em torno de uma espécie de ambiguidade fundamental, experimentando-se cada vez mais entre nós, a ambiguidade resultante da tensão expressada de múltiplas formas entre um certo gosto quase virgem da liberdade e as fortes marcas de um autoritarismo avassalador. O gosto da liberdade, tenro, indeciso, ameaçado a todo instante pela força poderosa do gosto antagônico a ele - o do mandonismo. O gosto da liberdade aflorando em cada uma e em cada um de nós, mas ao mesmo tempo, o "medo da liberdade". Ameaçado pelas soluções cartoriais, pelo "compadrismo", pelas influências que retiram do centésimo lugar o "atrilhado" e o põem no primeiro, preterindo assim o direito de tantos.

Na ambiguidade em que vivemos somos levados às vezes a nos perguntar se vale mesmo a pena gritar pela liberdade, brincar por ela.

Para Paulo Rosas não é possível pensar-se a educação em geral e a superior que particularmente trata em seu ensaio fora de um sonho político que implique a decisão de fazê-lo, de viabilizá-lo. É o sonho político a que se entrega e a que aspira não se dá fora da liberdade. Paulo Rosas grita por ela!

Ao ler as páginas em que Rosas argutamente desnuda as medidas repressivas, "reguladoras" da vida universitária, impostas pela ditadura militar que pitorescamente se chamou a si mesma de Revolução de 64, não pude deixar de recordar o sem número de "cartas régias", de "alvarás", de "provisões", de "bandos" (pregão público, proclamação) de "intimações", de "ordens régias" que nos acompanharam por toda a vida colonial e de cujo "espírito" não fomos ainda capazes de nos desfazer. Estamos no fim do milênio e somos ainda coloniais em que pesem os discursos neo-liberais sobre a modernidade. Há poucos dias ouvi, num debate de televisão,

de um senador da República, com um riso de quem se espantava em face da crítica feita por um seu colega - crítica honesta e correta - aos que, no processo eleitoral prometem o que já sabem não poder ser realizado, a afirmação, com ares complacentes, sem cerimônia alguma:

"Prometer o que não poderá ser feito faz parte da retórica eleitoral". Esta é uma afirmação que de moderna jamais poderá ser chamada, quanto mais de pós-moderna. É uma afirmação grávida da ética e da pedagogia coloniais. Desrespeitosa dos homens e das mulheres deste país, deformadora dos jovens, ultrajante das classes trabalhadoras brasileiras.

O mais trágico disso tudo é que se diz ainda ser esta uma afirmação realista; que política é isso mesmo. Esta é uma das formas como se manifesta a ambiguidade de que falei. O discurso feito em 1991 é, porém, colonial e se diz realista. Sua consonância se dá com os idos lamentavelmente presentes dos 1700. E não que, mesmo nos 1700, este fosse um discurso decente.

As proibições de outro dia dos governos militares se parecem, até no estilo, com o amontoado de todas estas castrações de que fomos vítimas ao longo de nossa história. E têm que ver com o que a professora Ana Maria Freire chama, em seu livro *Analfabetismo no Brasil*, publicado pelo Inep Cortez, "ideologia da interdição do corpo".

"O decreto lei 477, diz Rosas, é um documento seco e direto, violento. Dá a impressão, contínua, de que foi redigido com raiva, por quem cansou de avisar e resolveu por um ponto final, conclui, no que restava de independência e altivez da juventude e de seus mestres".

O decreto define infrações disciplinares e tem cinco artigos apenas.

"Comete infração disciplinar o professor, o aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

Terceiro - pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou deles participe;

Quarto: que conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza".

Este decreto se segue ao ato institucional no.5,adverte Paulo Rosas, de 13 de dezembro de 1968.

Vejamos agora o Bando de 19 de outubro de 1710,do governador Francisco de Castro Morais ameaçado de degredo,por dois anos e pesadissima multa,aos que ousassem escrever sobre ocorrências de seu governo" ou a "intimação de 19 de junho de 1578, feita à Câmara de São Vicente, proibindo que o ferreiro Bartholomeu Fernandes, unico do lugar, ensinasse o seu oficio aos da terra" ou o "alvará de 16 de dezembro de 1794, proibindo o despacho de livros e de papéis para o Brasil" (1).

Em certo sentido, não em certo, mas em muitos sentidos, o ensaio de Paulo Rosas é um excelente subsidio à inteligência da ideologia autoritária em que fomos gestados e que não foi obviamente inventada pelos militares golpistas do primeiro de abril de 1964, mas a que indubitavelmente deram uma inestimável contribuição.

Gostaria de, terminando o meu convite à leitura, mais do que à leitura, ao estudo sério deste ensaio, sublinhar sua real importância por sua gritante atualidade mas, também, o bom gosto, o pudor, a justa ira com que Paulo Rosas comenta e analisa o desrespeito, o despudor com que as maiorias brasileiras vêm sendo negadas no seu direito de ser, por minorias perversas, cujo futuro consiste na pura repetição ou na reprodução de seu presente de opressoras.

PAULO FREIRE.

(1) Berlinck - E.L. Fatores Adversos na Formação Brasileira São Paulo - 1954 - pags. 81 - 82.